



**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO  
DE 2019.**

Data : 14/02/2019  
Horário : 14:00h  
Local : Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 - 2 - Saco Grande 2,  
Florianópolis - SC, 88032-005. Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas e do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, na sala de  
2 reuniões da SDS, reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do  
3 Meio Ambiente (CONSEMA), com a presença da senhora Juliana Cassanelli Machado  
4 (IMA), Presidente; e dos membros representantes do Poder Público e da sociedade  
5 civil organizada: Rodrigo Walter (OAB/SC) e Maicon dos Reis Soares (FAESC).

6

7 Julgamento do processo relacionado no Edital 02/19, publicado no DOE nº 20.951 de  
8 07/02/2019.

9

10 **A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO**  
11 **AMBIENTE (CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do  
12 Anexo Único do Decreto nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

13

14 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 262/17**

15 AIA Nº : 35272-A

16 PROCESSO Nº : PMSC 9301/2017

17 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

18 RECORRENTE : JOÃO ROBERTO GARGIONI

19 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

20 INTERESSADO : ELIAS JOSÉ BLOMER

21

**EMENTA**

22

23 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A  
24 FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGES. TER



25 EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE, SEM PERMISSÃO DO  
26 ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO  
27 INTERCORRENTE.

28

29 **DECISÃO**

30

31 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima  
32 indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio  
33 Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do  
34 relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a  
35 recuperação dos danos ambientais, quando couber.

36

37 Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

38

39 JULIANA CASSANELLI MACHADO

40 Presidente

41

42 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 03/13**

43 AIA Nº : 07857-B

44 PROCESSO Nº : DSUST 39/2013

45 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

46 RECORRENTE : 101 DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA EPP

47 RECORRIDO : INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (IMA)

48 INTERESSADO : VITOR JOSÉ DE OLIVEIRA

49

50 **EMENTA**

51

52 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO IMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA.  
53 ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE JOINVILLE.  
54 INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

55

56 **DECISÃO**

57

58 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima



59 indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio  
60 Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do  
61 relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a  
62 recuperação dos danos ambientais, quando couber.

63

64 Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

65

66 JULIANA CASSANELLI MACHADO

67 Presidente

68

69 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 261/17**

70 AIA Nº : 16009-A

71 PROCESSO Nº : PMSC 6631/2016

72 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

73 RECORRENTE : EDSON SCHEIDT

74 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

75

76 **EMENTA**

77

78 RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL.  
79 PESCAR SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.  
80 RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO  
81 NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº  
82 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE  
83 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO  
84 ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO  
85 RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO  
86 AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

87

88 **DECISÃO**

89

90 Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima  
91 indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio  
92 Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do



93 relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a  
94 recuperação dos danos ambientais, quando couber.

95

96 Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

97

98 JULIANA CASSANELLI MACHADO

99 Presidente

100

101 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 263/17**

102 AIA Nº : 37618-A

103 PROCESSO Nº : PMSC 9310/2017

104 RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES

105 RECORRENTE : JAIME DE SOUZA ROSA

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. TER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOUVER.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.



Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 264/17**

AIA Nº : 35269-A  
PROCESSO Nº : PMSC 9320/2017  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : ROGÉRIO FURTADO DA SILVA  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. TER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO



Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 424/12**

AIA Nº : 30074-A  
PROCESSO Nº : DSUST 117/2013  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : EDER SPILERE  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

**EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. PESCAR EM LOCAL NO QUAL A PESCA SEJA PROIBIDA. E CONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOUVER.

**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

**RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 87/16**



AIA Nº : 22194-A  
PROCESSO Nº : PMSC 26750/2015  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : GUILHERME GOTTARDI WERLANG  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. PESCAR EM LOCAL PROIBIDO. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 255/17**

AIA Nº : 38811-A  
PROCESSO Nº : PMSC 6605/2016  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES



RECORRENTE : EDSON SCHEIDT  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. GUARDAR RESTOS MORTAIS DE ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO  
Presidente

### RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 308/11

AIA Nº : 11026-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1529/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : ARNOLDO JOSÉ MARTINS  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)





### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. MANTER AVES DA FAUNA SILVESTRE EM CATIVEIRO SEM AUTORIZAÇÃO. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 311/12**

AIA Nº : 31244-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1543/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : WALDIR RUTHES  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**



RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 363/12**

AIA Nº : 19614-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1977/2012  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : NELSON VALTER RODRIGUES  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL.



CORTE DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM LICENÇA AMBIENTAL. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 192/10**

AIA Nº : 22226-A  
PROCESSO Nº : DSUST 21237/2010  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : NORBERTO MANIESK  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. MANTER EM CATIVEIRO AVES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO



FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO  
Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 137/11**

AIA Nº : 6249-C  
PROCESSO Nº : DSUST 617/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : KARINA APARECIDA VEIGA  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. DISTRIBUIR/DANIFICAR VEGETAÇÃO DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO



ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 162/11**

AIA Nº : 12774-A  
PROCESSO Nº : DSUST 780/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : FRANCISCO RODRIGUES FELIPPE  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. QUEIMAR CAMPO NATIVO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA



DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOUVER.

### **DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 223/11**

AIA Nº : 24623-A  
PROCESSO Nº : DSUST 1044/2011  
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES  
RECORRENTE : LAURINDO DA SILVA  
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

### **EMENTA**

RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. DIREITO AMBIENTAL. CORTAR VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. RECONHECIMENTO DE PRAZOS PRESCRICIONAIS. OCORRÊNCIA DO CONTIDO NO ART. 21 DO DECRETO FEDERAL Nº 6514/08; ART. 97 DA PORTARIA Nº 170/2013/GABP-FATMA/BPMA-SC; E ITEM 5 DO ENUNCIADO CONSEMA Nº 1 DE 23/08/2018. ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO POR OFÍCIO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO DEVENDO RETORNAR A ORIGEM PARA COBRANÇA DA REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL, QUANDO HOUVER.



### DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do relatório e voto do Relator. Após, retornem os autos à origem para verificar a recuperação dos danos ambientais, quando couber.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

Os recursos 213/17 e 222/17 ficam suspensos até a próxima sessão.

Distribuídos por sorteio os processos conforme guias em anexo.

Auxiliou a presidência da reunião a Secretária do CONSEMA, Deyse Cristina Locatelli e a servidora Thaís Telemberg Soares. Segue em anexo lista de presenças. Esgotada a pauta, nada mais havendo a tratar, às quatorze horas e trinta minutos declarou-se encerrada a Reunião.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2019.